



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2024
(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Solicita informações Ministério da Justiça e Segurança Pública as seguintes informações sobre as investigações relativas à morte do homem que lançou explosivo na estátua da Justiça, localizada na Praça dos Três Poderes, em Brasília:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública as seguintes informações sobre as investigações relativas à morte do homem que lançou explosivo na estátua da Justiça e explodiu fogos de artifício num carro no anexo da Câmara dos Deputados, localizados na Praça dos Três Poderes, em Brasília:

1. Qual é o órgão responsável pela coordenação da investigação?
2. Quais foram as circunstâncias exatas do ocorrido que levaram à morte do homem que lançou o artefato explosivo na estátua da Justiça?
3. Quais ações foram adotadas pela polícia no local dos fatos e quais foram as medidas de segurança aplicadas após o incidente? Houve evacuação de todos os edifícios próximos aos episódios? Qual tempo gasto nas evacuações?
4. Qual é o estágio atual das investigações sobre o ocorrido? Já existem conclusões preliminares ou hipóteses investigativas que possam ser divulgadas?
5. Há previsão de divulgação pública de um relatório oficial sobre o caso ou alguma medida específica foi tomada para garantir a transparência das investigações?





6. O laudo cadavérico (corpo de delito) já foi concluído? Caso afirmativo, há alguma previsão para a divulgação dos resultados para a imprensa ou o público em geral?
7. Em relação à autópsia realizada no corpo da vítima, quais foram os achados principais? A causa da morte já foi determinada e confirmada por exames?
8. Quais são as medidas de segurança adicionais que estão sendo adotadas nas áreas próximas aos prédios dos Três Poderes após o incidente?

JUSTIFICAÇÃO

O requerimento de informação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre as investigações da morte do homem que lançou um explosivo na estátua da Justiça e explodiu fogos de artifício num carro no anexo da Câmara dos Deputados no seu impacto na segurança e na ordem pública. A sociedade tem o direito de receber informações claras e transparentes sobre os acontecimentos que envolveram o caso, especialmente quando ocorrem em um local de significativa importância simbólica e institucional para o país. A segurança das áreas próximas aos prédios dos Três Poderes é de interesse público, demandando respostas concretas sobre as medidas adotadas.

O incidente levanta preocupações sobre a efetividade das ações de segurança pública em Brasília, principalmente em locais de alta relevância, como a Praça dos Três Poderes, que é um símbolo da democracia brasileira. É fundamental compreender quais foram as ações imediatas adotadas pelas forças de segurança e como se deu a resposta ao ataque, incluindo o controle da área e a retirada do corpo do local. A rapidez e a precisão das ações das autoridades podem influenciar na prevenção de novos episódios e garantir a segurança de quem frequenta a região.

Além disso, a divulgação de detalhes do laudo cadavérico é essencial para garantir a transparência do processo investigativo e para





assegurar que a apuração dos fatos está sendo conduzida de maneira rigorosa e isenta. A sociedade precisa saber se os procedimentos técnicos necessários para a investigação foram respeitados e se há resultados preliminares ou finais que possam ser compartilhados. A transparência das investigações reforça a confiança do público nas instituições responsáveis pela segurança pública e pela manutenção da ordem.

O requerimento também visa obter informações sobre eventuais conexões do incidente com grupos organizados ou movimentos que possam ter motivações políticas. Esse aspecto é relevante para que se possa analisar se houve algum tipo de planejamento por trás do ataque ou se o ato foi uma iniciativa isolada. Garantir a transparência das investigações e compreender o contexto completo do caso são medidas essenciais para o fortalecimento da democracia e da segurança nacional, evitando interpretações distorcidas ou a proliferação de rumores. Tais informações são fundamentais para que o Parlamento, em conjunto com o Poder Executivo, avalie medidas necessárias para garantir a proteção dos direitos da criança e do adolescente frente a práticas comerciais abusivas.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado MESSIAS DONATO

